

homem americano e os condicionamentos epistemológicos de seu pensamento, citando a frase de Miguel Angel Astúrias — “Un pueblo que no ama su pasado es un pueblo sin consciencia, sin sentido...”.

Cabe-nos assinalar que a obra, de leitura obrigatória para os cultores da ciência americanista, é enriquecida por bibliografia, índice onomástico, mais de 583 ilustrações, 791 fotografias e 15 mapas.

Maria Júlia Pourchet

*

OCTAVIO IANNI: *Escravidão e Racismo*. São Paulo, Editora HUCITE, 1978. 142 p.

Octavio Ianni, neste livro, retoma questões que, por vezes, foram objeto de estudo em outras obras, para a compreensão das relações entre escravidão, racismo e capitalismo. Não pretende ter realizado uma discussão completa dessas questões, mas faz uma exploração breve dessa problemática, com o intuito de propor ou recolocar temas de interesse para discussões e pesquisas.

Cinco ensaios compõem este livro, dividido em duas partes, que apesar de autônomas, estão reciprocamente referidas quanto ao tema central.

No primeiro ensaio, o autor preocupa-se em mostrar como o capitalismo cria e, em seguida, destrói a escravidão. Analisa a maneira pela qual o processo de acumulação primitiva, que envolveu intensa acumulação e concentração do capital, estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial na Europa, apoiado na ampliação e intensificação do comércio internacional nos quadros do mercantilismo. As relações econômicas, segundo as exigências do mercantilismo (monopólio colonial), foram a base sobre a qual se formaram as sociedades coloniais. Em essência, foi o capital comercial que comandou a constituição e o desenvolvimento das formações sociais, baseadas no trabalho compulsório, em especial, do escravo, nas colônias européias. O capital comercial absorvia quantidades crescentes de mercadorias e, para que estas fossem produzidas nas colônias no Novo Mundo, era necessário atar o trabalhador a outros meios de produção. Estes não poderia ser assalariado porque a disponibilidade de terras devolutas permitiria que se evadisse, transformando-se em produtor autônomo. Assim, o funcionamento e a expansão do capitalismo mercantil, criou, manteve e desenvolveu o paradoxo representado pela coexistência e interdependência do trabalho escravo e trabalho livre, no âmbito do mercantilismo. Esse paradoxo, porém, segundo o autor, não seria sustentável se se apoiasse apenas na acumulação primitiva, no comércio de mercadorias ou no monopólio colonial. Por mais decisivas que tenham sido as relações comerciais externas, a referida contradição somente

pôde manter-se porque constituíram-se, nas colônias, amplas formações sociais articuladas internamente. As formações sociais escravistas tornaram-se organizações político-econômicas altamente articuladas, com centros de poder, princípios e procedimentos de mando e execução técnica de controle e repressão. A alienação do trabalhador (escravo), característica dessas formações sociais, implicava que ele era física e moralmente subordinado ao senhor (branco) em sua atividade produtiva, no produto do seu trabalho e em suas atividades lúdicas, religiosas e outras.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, o capital comercial floresceu bastante, mas acabou por subordinar-se ao capital industrial. A produção, então, passou a ser a esfera em que a acumulação de capital passava a realizar-se, e a circulação transformou-se num momento necessário, mas subordinado, ao conjunto do processo capitalista de produção. Quando o capital industrial adquiriu predomínio sobre o comercial, o lucro passou a ser o resultado da operação da empresa produtora de mercadorias, isto é, da articulação dinâmica entre capital constante (máquinas, matéria-prima etc.) e o capital variável (gasto em força de trabalho). As possibilidades de desenvolvimento das forças que haviam sido abertas pelo capitalismo industrial não podiam ser acompanhadas pelas formações sociais escravistas, criadas na época do predomínio do capital mercantil. A partir daí, o autor analisa dois exemplos distintos de como a dinâmica das relações escravistas de produção entraram em descompasso com relação à dinâmica das forças produtivas e das relações de produção da capitalismo: a abolição pacífica da escravatura, ocorrida no Brasil e a violenta verificada nos Estados Unidos. Mostra, porém, que a maneira violenta ou pacífica do colapso da escravatura ao Brasil, nos Estados Unidos, ou em outro país deve ser vista à luz de interdependência e antagonismo entre a formação social capitalista e a formação social escravista, aprendendo suas peculiaridades, ou seja, suas singularidades e semelhanças.

Retomando dados anteriores apresentados, o autor apresenta outros aspectos da crise de transição do regime de trabalho escravo ao regime de trabalho livre, tendo em mente a oposição escravo e operário, que implica em duas formas distintas e estruturalmente incompatíveis de organização técnica e social das relações de produção. Destaca que, no escravismo, a mercadoria surge transparente, como trabalho social cristalizado e expropriado, na medida que o escravo é duplamente alienado, como pessoa, enquanto propriedade do senhor, e em sua força de trabalho. Por outro lado, o fato de que o operário vende sua força de trabalho por um salário especificado em contrato; de que pode vender a diversos compradores sucessivamente; e de que pode variar o preço dessa venda, nas condições de mercado, cria no operário a ilusão de que o concreto é o salário, ou a mercadoria, e não o trabalho alienado, a mais-valia. A mercadoria acaba por se apresentar ao operário como estranha, independente, fetichizada. Verifica a seguir que, quando são examinadas de forma mais demorada, as contradições políticas e econômicas que deram origem à extinção do regime de trabalho escravo parecem estar referidas, em última instância, ao seguinte: sob o escravismo, tendem a predominar condições de produção de mais-valia

absoluta, ao passo que, no capitalismo, tendem a prevalecer condições de produção de mais-valia relativa.

No segundo ensaio, o autor examina como se encara habitualmente as relações entre a cultura africana e a condição do negro. Coloca como questão central, a compreensão da forma pela qual o africano transforma-se em negro e mulato, e, do porquê das relações entre brancos e negros e mulatos marcarem e recriarem diferenças raciais, em lugar de as apagarem ou as diluírem. Apresenta três interpretações distintas, que não são necessariamente excludentes:: A primeira interpretação estabelece que a cultura africana, está presente em todas as sociedades nas quais foram introduzidos escravos negros. A segunda estabelece que a cultura trazida pelos africanos foi rompida em graus diversos e reelaborada pela escravatura, e, a terceira estabelece que as culturas africanas foram rompidas e separadas pelas relações e estruturas capitalistas.

O autor enfatiza que, para compreender a forma pela qual o africano transforma-se em negro e mulato, é conveniente que se tenha em mente que essa metamorfose envolve a passagem do africano pelas condições de escravo. Mostra que a recriação e a reprodução social do negro e mulato, entre outras categorias raciais, não ocorre senão na trama das relações político-econômicas que fundamentam a recriação e a reprodução continuada das relações e estruturas da sociedade. Neste sentido, afirma que o que parece ser sobrevivência de traço cultural africano ou escravista só tem sentido enquanto elemento cultural inserido nas relações capitalistas presentes.

Ainda neste segundo trabalho, o autor admite que a consciência de alienação tem-se revelado mais frequentemente nos valores e práticas religiosas negras. Porém, acredita que a interpretação da religião negra como uma forma de contracultura não é totalmente esclarecedora. Sugere que os africanismos persistentes na religião negra, ou as formas sincréticas assumidas por ela, não lhe conferem, sem mais, o caráter de uma frente de resistência em defesa do negro e em oposição ao branco. Para o autor, é claro que a interdependência e alienação vigentes nas relações entre negros e brancos geram antagonismo. O que não é claro é que esses antagonismos expressam e esgotam a condição do negro em face do branco.

Desta maneira, coloca que uma questão central à esclarecer é de como raça e classe se unem reciprocamente, ou, como e quando a política dos antagonismos de raça implica em política dos antagonismos de classe. Analisa esta questão, mostrando que o negro, diante de uma situação prática e ideológica, toma consciência da sua dupla alienação: como raça e como classe. Para reduzir ou eliminar as condições de sua alienação, da sua condição duplamente subalterna, o negro é levado a elaborar uma consciência política dúplice: é levado a pôr-se diante de si mesmo e do branco como membro de outra raça e membro de outra classe. Enquanto membro de raça, está só e precisa lutar a partir dessa condição. Enquanto membro de classe, está mesclado com membros de outras raças, e precisa lutar a partir dessa

condição. É nesse contexto, segundo o autor, que raça e classe sub-unem-se recíproca e continuamente, tornando mais complexa a consciência e a prática política do negro.

No terceiro ensaio, já na segunda parte do livro, Octávio Ianni critica dois estudos a respeito da escravatura: *Casa Grande & Senzala* — de Gilberto Freyre e *Time on the Cross de Fogel* — de Fogel Engerman.

Para o autor, uma formação social como a escravista somente pode ser completamente explicada quando compreendida à luz de sua historicidade. Para isto, é necessário captar o modo pelo qual ela se produz, reproduz e transforma, ou seja, é necessário estudar as relações, os processos e as estruturas política-econômicas que lhe conferem realidade e movimento. É indispensável que a análise a respeito da formação social escravista ao menos sugira estas questões, mesmo que o pesquisador não pretenda realizar todo o trabalho. A verdadeira dimensão histórica da formação social escravista e sua duração só pode ser completa se se apreender seu movimento. As duas obras analisadas pecam, segundo o autor, por não serem interpretações completas sobre a formação social escravista.

No quarto ensaio, o autor apresenta algumas tipologias sobre acomodação e conflitos raciais, tendo como objetivo indicar conteúdos ideológicos que ressaltam da análise comparativa realizada por autores como Gilberto Freyre, Frank Tannenbaum,, Marvin Harris e outros. Acredita que elas tendem a tomar os padrões e estilo de relações raciais, principalmente, ou exclusivamente, no nível de atitudes, opiniões, estereótipos, imagens ou representações individuais e coletivas, ao nível de valores e padrões sócio-culturais, expressos em textos jurídicos, religiosos ou outros. Além disso, deixam traír um compromisso ideológico do pesquisador com a idéia de democracia liberal ou de cidadania. Esses são dois pontos que, segundo o autor, podem ser criticados nas tipologias.

Em contrapartida, apresenta outros autores que se dedicaram a um trabalho crítico e de reinterpretação das tipologias e das monografias e artigos que lhes serviram de base. Entre estes autores, estariam Magnus Morner, Eugene Genovese, Michael Banton, Caio Prado Júnior, Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros. Este trabalho de revisão crítica e formulação de novos problemas e hipóteses embora no começo já produziu elementos suficientes para sabermos que esses autores estão abrindo novas perspectivas para a análise comparativa das relações de causação genética e de descontinuidade entre a escravidão o obolicionismo e o racismo. A partir dessa colocação, o autor apresenta alguns dos primeiros resultados.

No quinto e último ensaio, o autor faz algumas sugestões sobre as implicações políticas de situações de antagonismo e conflito raciais em países do mundo capitalista. Observa que algo que surpreende e desafia tanto cientistas sociais como governantes e cidadãos no mundo capitalista é que os problemas raciais parecem mais agravar-se do que resolver-se. Mostra que a condição racial está intrinsicamente ligada à desigualdade econômica, ou seja, as raças definidas ideologicamente como

inferiores, em dada sociedade, são as raças que participam em menor grau do produto do próprio trabalho. Isto porque a sociedade capitalista revela uma capacidade excepcional para controlar, disciplinar, reprimir ou dar novas soluções aos antagonismos e conflitos sociais de base racial. Nesta medida, o racismo seria retirado de dentro do escravismo, retido e recriado no interior das relações capitalistas de produção. Por outro lado, a sociedade capitalista não tem mostrado capacidade especial para resolver as situações de antagonismo e conflito segundo os interesses da raça discriminadas, oprimidas ou subalternas. Daí, explica o autor, os freqüentes desdobramentos e irrupções de tensão e violência racial. Raça e classe não se reproduzem uma a outra, pois são determinações importantes que precisam ser compreendidas em sua especificidade. Mas seria equívoca e incompleta a interpretação de problemas raciais que não incorporasse a condição das pessoas na estrutura de classes da sociedade.

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente

*

D. E. BERTHELS, B. N. KOMISSAROV, T. I. LYSENKO: *Materialien der Brasilien expedition 1821-1829 des Akademiemitgliedes Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff (Grigorij Ivanovič Langsdorff) — Vollständige wissenschaftliche Beschreibung*. Berlin, Verlag Dietrich Reimer, 1979. 268 p., 25 pranchas, 1 mapa, bibliografia. (Völkerkundliche Abhandlungen, Band VII, herausgegeben von Hans Becher).

Preço: 150 DM.

Hans Becher, diretor da divisão americana do Museu de Etnologia de Hannover, Alemanha, é conhecido nos meios especializados pelas suas pesquisas entre índios do noroeste do Brasil. Ele, trabalhando entre os Surára, Pakidái e Ironasitéri, assim como Otto Zerries e Meinhard Schuster, entre os Waika venezuelanos, inauguraram na década de 50 a investigação sistemática dos grupos yanomámi, tão em moda nos dias que correm. Igualmente importante é a atividade editorial de Hans Becher à testa da série *Völkerkundliche Abhandlungen* (Estudos Etnológicos) publicada pelo Museu de Hannover e pela Sociedade Etnológica da mesma cidade no norte alemão. A série distingue-se por publicações primorosas do ponto de vista da forma e do conteúdo. Nela, Becher reeditou os dois volumes da Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira de Herbert Baldus com os seus 2.834 títulos comentados, que abrangem praticamente tudo o que se escreveu sobre os índios brasileiros de 1500 a 1967. Em 1973 fez sair, *em português*, a obra de Protásio Frikel sobre o sistema adaptativo dos Tiriyo e, em 1974, apareceu na série o belo trabalho do próprio Becher sobre a mitologia yanomámi e suas expressões no estilo de vida de três subdivisões da tribo.